

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES

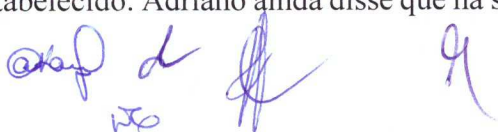
MUNICÍPIO DE SARANDI

ATA Nº 002/2025

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, reuniram-se no Setor de Contabilidade da Prefeitura, os membros do Conselho de Administração do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores (COADFAPS), o Presidente Rubens da Silva Martins, os membros Daniela Godinho, Deisi Bombardelli Rossetto, Fernanda Freitas de Almeida, Marivone Lourdes Debona Mattei e Pablo Rafael Brizola de Lara e o Gestor de Recursos, Adriano de Andrade Kaufmann para deliberar sobre diversos temas relativos ao Fundo de Aposentadoria e Pensão. Na oportunidade foi realizada a apresentação dos resultados do quarto trimestre de 2024, bem como de todo o exercício de 2024 e também para deliberar sobre as contas do Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores (FAPS) do exercício findado. Inicialmente, a Contadora do Município Liciane Wuttke participou apresentando o cálculo da Insuficiência Financeira e a forma de cálculo. Com base nas receitas e despesas que compõe o cálculo, o valor apurado de insuficiência foi de R\$ 929.503,04. No entanto, há uma sobra de taxa de administração de R\$ 677.581,92 que poderá ser abatida do déficit, desde que o Conselho aprove. Após, falou o Gestor de Recursos. Disse que a Política de Investimentos apresentava uma meta atuarial para 2024 composta pelo IPCA + 4,96%. De janeiro a dezembro, o IPCA acumulou 4,83%. Com isso, a meta (IPCA + 4,96%) de rentabilidade para o período ficou em cerca de 10,05%. De acordo com o monitoramento mensal do Gestor, os valores auferidos pelo FAPS somaram uma rentabilidade de 5,19%, ficando inferior a meta de rentabilidade em 4,87 pontos percentuais. Adriano ainda apresentou o desempenho no último trimestre. Em outubro, a valorização foi de 0,24% com rendimentos de R\$ 173.310,51. Em novembro houve rentabilidade de 0,27% com valorização de R\$ 192.701,93. Já em dezembro, o pior mês com a desvalorização de R\$ 521.894,01, ou -0,72%. Assim, os rendimentos auferidos no ano totalizaram R\$ 3.536.803,18. O Gestor ainda afirmou que, ao avaliar a meta de rentabilidade com os fundos de investimentos, percebe-se que os fundos IMA B, IMA B 5 + performaram muito mal nos últimos meses, com a crescente pressão sobre a gestão fiscal do país e fatores externos. A volta da elevação da Selic também foi fator crucial. Como forma de amenizar os riscos da carteira, o Comitê de Investimentos juntamente com o Gestor de



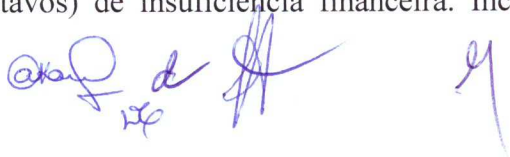
Recursos sugeriu a redução dos valores em IMA B ainda em 2024, vendo um bom momento para aproveitar o CDI ao invés do IMA B. Mas destacou também que os mesmos fatores que derrubaram os valores da marcação a mercado dos ativos também proporcionaram ótimos novos investimentos. Foram diversas aplicações em fundos vértices no decorrer de 2024, com excelentes taxas indicativas. Inicialmente, foram taxas próximas ao IPCA + 6%. Já no último trimestre, as taxas superaram IPCA + 7%, estando próximas ao IPCA + 8% ao final do ano. O FAPS aplicou bons valores no vértice 2030 aproveitando as oportunidades. Mas no decorrer do ano, os fundos vértices mais longos tiveram resultado negativo, mas frisou que os valores aplicados tem garantia do pagamento das taxas em que foram adquiridas até o prazo final, o que significa que o que não rentabilizou em 2024 será excedido em algum momento. Caso fosse marcado “na curva”, as rentabilidades positivas ajudariam a “puxar” o resultado para cima, disse ele, frisando que todos os fundos são registrados “a mercado” e não na “curva”. Mostrou que os fundos que compunham a carteira em 31/12/2024 e que tiveram um resultado satisfatório no ano, ou seja, superaram a meta de rentabilidade foram os fundos com índice CDI: Caixa Brasil Referenciado DI LP, Banrisul Absoluto FI RF LP, BB Previdenciário RF Perfil, Sicredi Taxa Selic FIC FIRF LP e Caixa Brasil Título Público RF LP. Já os fundos que rentabilizaram abaixo da meta, mas no âmbito anual positivo foram: Caixa FI Brasil IPCA XVI Credito Privado, Caixa Brasil IMA B 5 TP FI RF LP, Caixa Brasil IDKA IPCA 2 A TP FI RF LP, Banrisul RPPS II FI RF (vértice 2027) e BB Previdenciário RF TP Vértice 2027. Já os fundos que operaram no campo negativo nos 12 meses, mas que garantem os resultados acima da meta até seus prazos, foram os fundos vértices mais longos, que são: Caixa Brasil 2030 X TP RF, Caixa Brasil 2030 II TP FI RF, BB Previdenciário Vértice 2030, BB Previdenciário Vértice 2032, BB Previdenciário Vértice 2030 II. Também operaram no vermelho os fundos Caixa Brasil IMA B TP FI RF e o Caixa Brasil IMA B5+ TP FI RF LP, os quais representam uma desvalorização real, sem garantia de meta como os fundos vértices. Demonstrou que o valor aplicado em Renda Fixa corresponde a 100% do total do patrimônio, sendo: 68,61% no enquadramento Artigo 7, I, b, equivalente a R\$ 49.873.599,19; 28,62% no Artigo 7, III, a, equivalente a R\$ 20.803.405,64; e 2,75% no Artigo 7, V, b, equivalente a R\$ 1.997.351,94. O total de recursos aplicados em 31/12/2024 era de R\$ 72.674.356,77. Em conta corrente haviam R\$ 15.606,28, equivalendo 0,02%. No acumulado de 24 meses, a meta de rentabilidade foi de 20,8%. O FAPS alcançou 19,9%, ou seja, 0,9% abaixo do estabelecido. Adriano ainda disse que na segunda quinzena de fevereiro credita os cupons



de juros de vértices de anos pares, ou seja, 2030 e 2032. Assim, propõe a aplicação da seguinte forma: os créditos na Caixa dos fundos CAIXA BRASIL 2030 X TP RF e CAIXA BRASIL 2030 II TP RF serão aplicados no fundo CAIXA FI BRASIL TÍTULO PÚBLICO RF, visando aproveitar a alta do CDI. Já no Banco do Brasil, conta nº 36206-9, os valores que creditarem do fundo BB RF TP VÉRTICE PREVIDENCIÁRIO 2032, CNPJ 49.963.803/0001-30 será aplicado no próprio fundo, já que o valor se refere a aportes. Já o valor que creditar do fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2030 FI, CNPJ 46.134.117/0001-69, que não é aportes será aplicado no fundo BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL. Já na conta aportes nº 54507-4, no BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030 II, CNPJ 55.749.879/0001-60 serão aplicados no próprio fundo de investimento. As aplicações foram autorizadas, pois estes fundos vértices estão com ótimas taxas indicativas, na casa de IPCA + 7,6% e o fundo CDI acompanha a Selic, hoje em 13,25% com previsão de chegar a 15%. Em um segundo momento, com a presença apenas do Conselho de Administração, o Presidente, Rubens da Silva Martins, trouxe o relatório do Conselho sobre o ano de 2024. Disse que a Política de Investimentos propôs uma meta atuarial para 2024 composta pelo IPCA + 4,96% e que seria algo em torno de 10,05%. Os valores auferidos pelo FAPS somaram uma rentabilidade de 5,19%, ficando inferior a meta atuarial em 4,86 pontos percentuais. Logo, em 2024 a meta não foi atingida. Também disse que de acordo com os relatórios contábeis, os valores de rendimentos foram de R\$ R\$ 3.536.803,18. E como o Gestor mencionou, os resultados não foram satisfatórios, mas cabe observar que fundos que deram negativo em 2024 são fundos que entregarão os resultados no futuro, já que foram adquiridos a taxas IPCA + 6% , + 7%. Observou-se que os fundos IMA foram os que tiveram uma performance ruim, ao contrário do CDI , que obteve ótimos retornos. Também demonstrou que o FAPS manteve seus critérios para emissão do CRP regulares, possibilitando assim, a geração em 12/06/2024 e em 09/12/2024 dos CERTIFICADOS DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA. Ao verificar os dados do DAIR enviados, percebe-se que todos eles foram enviados dentro prazo. Apenas no mês de janeiro teve uma retificação enviado em 01/03 de um DAIR enviado no prazo. Também, que o DIPR, que é o demonstrativo que apresenta todas as receitas e despesas realizadas pelo FAPS foram todos enviados ao Ministério da Previdência através do CADPREV, mantendo a sua regularidade, bem como o DRAA lá no seu período de envio. Sobre a parte financeira, de acordo as avaliações dos relatórios de folha de pagamento e contábil, as receitas auferidas de contribuições de servidores, do município, de cedidos, de aportes, de



rendimentos, de compensações previdenciárias, e operacionalização da folha de pagamento somaram R\$ 17.135.440,53, conforme o relatório contábil. As despesas em 2024 totalizaram R\$ 12.537.241,25, sendo R\$ 10.487.857,86 com aposentadorias, R\$ 1.908.426,18 com pensões e R\$ 113.906,50 de compensação previdenciária, conforme os relatórios contábeis. As despesas com taxa de administração em 2024 somaram R\$ 27.050,71, conforme os relatórios contábeis. O saldo que havia em 31/12/2024 na conta nº 54087-0 da Taxa de Administração e aplicado no fundo BB PREVIDENCIÁRIO PERFIL é de R\$ 714.722,02, sendo que o saldo de R\$ 677.581,92 é de sobra dos depósitos de taxa de administração e R\$ 37.140,10 é de rendimentos no ano. Foi definido que será devolvido para a conta nº 36206-9 – conta do RPPS que é utilizada para pagar benefícios, o valor de R\$ 677.581,92, o que ajudaria na redução da Insuficiência Financeira a ser cobrada do ente municipal. Tal medida foi aprovada pelos conselheiros presentes. De COMPREV, no âmbito da receita, o valor recebido de foi de R\$ 512.319,68. Já as despesas, referente as guias/depósitos pagos para RPPS de outros município e estado, assim como para o Regime Geral de Previdência somaram o montante de R\$ 113.906,50. No tocante as Insuficiências Financeiras, Rubens disse que, tendo em vista a orientação do TCE/RS, através do Ofício Circular DCF nº 03/2023 – 30 de janeiro de 2023, cuja matéria era a obrigatoriedade de os entes federativos promoverem medidas saneadoras para o desequilíbrio financeiro dos fundos em capitalização dos RPPS e considerando o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, em que os entes são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, o Conselho de Administração se reuniu e através de ofício em 19 de dezembro de 2024, solicitou ao prefeito municipal, à época, Nilton Debastiani, o pagamento da insuficiência apurada até novembro de 2024, cujo valor foi de R\$ 250.483,00. Em 30 de dezembro de 2024 o valor foi pago. Ao final de janeiro de 2025 foi realizada uma nova apuração dos resultados de 2024, agora de janeiro a dezembro e chegou-se a uma insuficiência financeira de R\$ 929.503,04. Consideramos este valor elevado para cobrar dos cofres municipais, e considerando que houve uma sobra de taxa de administração de R\$ 677.581,92 (seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), o conselho aprovou o repasse desse saldo da taxa de administração para o FAPS utilizar para pagamento de benefícios e então cobraria do executivo ainda o repasse da diferença, ou seja, um repasse de R\$ 251.921,12 (duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e vinte e um reais e doze centavos) de insuficiência financeira. Inclusive esta reversão das sobras da taxa de



administração para a cobertura de insuficiência financeira do plano previdenciário, foi objeto de consulta via e-mail aos auditores do Tribunal de Contas do Estado, o qual não encontrou impedimentos para realização deste trâmite, desde que devidamente aprovada pelo Conselho, ressaltando, porém, que seja revisto o plano de custeio vigente, considerando talvez reavaliar a composição de amortização do plano em alíquotas suplementares e aportes periódicos. Assim, o Conselho irá enviar, imediatamente, ofício para o Prefeito municipal visando o depósito de R\$ 251.921,12. Também foi deliberado sobre a taxa de administração 2025 e sobre os aportes por órgão. De acordo com as remunerações brutas de R\$ 35.089.600,35 constante no DIPR de ativos, inativos e pensionistas, a taxa de administração de 2% será de R\$ 701.792,01 para 2025, ou seja, um depósito de R\$ 58.482,67 mensal. Também foi estabelecido os valores de aportes para cada órgão, sendo R\$ 13.308,69 para a Câmara Municipal de Vereadores; R\$ 452.684,87 para o Município de Sarandi; R\$ 1.606,61 para a Escola Sarandi; R\$ 1.112,80 para o Município de Novo Xingu; R\$ 1.345,80 para o Município de Constantina; R\$ 1.126,72 para Liberato Salzano; R\$ 1.231,04 para Nova Boa Vista. Com exceção da Câmara, os demais pagam através de ressarcimento ao Município de Sarandi. Assim, o depósito repassado pelo Município será de R\$ 459.107,85. Também ficaram definidos que os fundos que serão aplicados ou resgatados os valores que foram creditados ou resgatados, quando o caso, se darão da seguinte forma: no Banrisul será aplicado no fundo BANRISUL ABSOLUTO. No Banco do Brasil será no Fundo BB PREVIDENCIÁRIO PERFIL FIC, tanto na conta 36206-9 quanto na 54087-0, exceto os aportes da conta 54507-4 que é no BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030 II, enquanto as taxas indicativas foram superiores a IPCA + 6%. Já na Caixa, quando houver créditos, os valores serão aplicados no CAIXA BRASIL TÍTULO PÚBLICO RF. Ao colocar em votação sobre as contas de 2024, os presentes analisaram e aprovaram, por unanimidade, as contas do exercício de 2024. No entanto, ressaltaram a preocupação dos conselheiros pelo não atingimento da meta atuarial no exercício financeiro, o que acabou contribuindo para a ocorrência de uma considerável insuficiência financeira no ano. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que após lida será assinada pelos participantes individualmente. Sarandi, 11 de fevereiro de 2025.



RELATÓRIO DO RPPS

Conselho de Administração

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
SARANDI - RS

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller initials below it.

Conselho de Administração

Titulares:

- Daniela Godinho – Representante do Executivo Municipal
- Fernanda Freitas de Almeida (PRESIDENTE até agosto /2024) - Representante dos Servidores Municipais
- Marivone Mattei - Representante dos Servidores Municipais
- Pablo Rafael Brizola de Lara - Representante do Executivo Municipal
- Rubens da Silva Martins (PRESIDENTE a partir de Setembro/2024) – Representante dos Servidores Municipais

Suplentes:

- Deisi Bombardelli Rossetto - Representante dos Servidores Municipais
- Leocádia Oliveira da Silva - Representante dos Servidores Municipais
- Loreni Lúcia Pasquetti Ortolan - Representante do Executivo Municipal
- Gilséia Vieira - Representante do Executivo Municipal
- Vinicius Zancanella - Representante dos Servidores Municipais

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

Apresentação

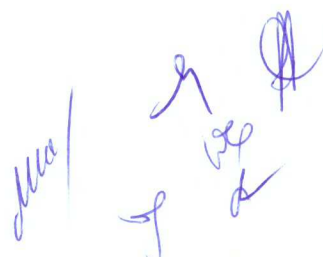
O Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Sarandi (FAPS) tem seu patrimônio constituído a partir de recolhimento mensal de contribuições a fim de garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 1º, inciso II, da Lei nº 9.717/1998, em atendimento ao caráter contributivo e solidário exigido pelo artigo 40 da Constituição Federal de 1988. Em Sarandi, as receitas são originadas de:

- de 14% dos servidores – Portaria MTP nº 1.467/2022, art 11., § 1º I, a;
- de 28% da parte patronal (Município) desde 01/07/2022 – *Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 11, I;*
- de 14% de aposentados e pensionistas – somente sobre os valores que superam a três salários mínimos – Portaria MTP nº art 8º, II;
- aportes financeiros mensais – Portaria MTP nº 1.467/2022, art 7º, § 4º; Art. 10º - no montante de R\$ 421.864,78, distribuído entre os entes Município de Sarandi; Município de Novo Xingu com uma cedida; Câmara Municipal de Vereadores de Sarandi; Município de Constantina com uma cedida e também com a Escola Sarandi com uma cedida.
- as Compensações Previdenciárias do INSS/RPPS;
- os Rendimentos de Aplicações Financeiras;
- insuficiências Financeiras apresentadas.

De outro lado, tem-se as despesas com benefícios, que são os valores pagos com Aposentadorias e Pensões.

Meta Atuarial

A Política de Investimentos propôs uma meta atuarial para 2024 composta pelo IPCA + 4,96%. De janeiro a dezembro, o IPCA acumulou 4,83%. Com isso, a meta de rentabilidade para o ano ficou em 10,05%. Os valores auferidos pelo FAPS somaram uma rentabilidade de 5,19%, ficando inferior a meta atuarial em 4,86 pontos percentuais. Logo, em 2024 a meta não foi atingida.



Rentabilidade dos Investimentos

Em análises aos documentos financeiros, foram constatadas as seguintes rentabilidade e rendimentos mensais: em janeiro foi de 0,60%, equivalendo à R\$ 410.164,21; em fevereiro foi de 0,80%, somando R\$ 548.348,79; em março teve-se a valorização de 0,64% e rendimentos de R\$ 443.628,43; em abril houve desvalorização de 0,36% com queda de R\$ 251.879,07; em maio houve acréscimo de 1,17% com valorização de R\$ 814.711,16; em junho, a rentabilidade foi de R\$ 154.079,42, valorizando 0,22%; em julho valorização de 1,42% com rendimentos de R\$ 995.806,81; em agosto houve acréscimo de 0,72% com valorização de R\$ 511.425,70; já em setembro, a valorização foi de R\$ 66.399,30, valorizando 0,09%; em outubro valorização de 0,24% com rendimentos de R\$ 173.310,51; em novembro houve acréscimo de 0,27% com valorização de R\$ 192.701,93 e em dezembro, a desvalorização foi de R\$ 521.894,01, ou -0,72%. Assim, os rendimentos auferidos no ano totalizaram R\$ 3.536.803,18, com rentabilidade de 5,19% no período. O quadro a seguir demonstra o valor obtido mensalmente em rendimentos financeiros e o percentual de valorização/desvalorização das aplicações:

MÊS	RENDIMENTOS (R\$)	RENTABILIDADE (%)
Janeiro	R\$ 410.164,21	+ 0,60
Fevereiro	R\$ 548.348,79	+ 0,80
Março	R\$ 443.628,43	+ 0,64
Abril	- R\$ 251.879,07	- 0,36
Maiο	R\$ 814.711,16	+ 1,17
Junho	R\$ 154.079,42	+ 0,22
Julho	R\$ 995.806,81	+ 1,42
Agosto	R\$ 511.425,70	+ 0,72
Setembro	R\$ 66.399,30	+ 0,09
Outubro	R\$ 173.310,51	+ 0,24
Novembro	R\$ 192.701,93	+ 0,27
Dezembro	R\$ -521.894,01	- 0,72
Total	R\$ 3.536.803,18	+ 5,19

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Ao avaliar a meta de rentabilidade, verificou que ela ficou distante do previsto na Política de Investimentos de 2024, que era o IPCA + 4,96%. Percebe-se que os fundos IMA B, IMA B 5 + performaram muito mal nos últimos meses, com a crescente pressão sobre a gestão fiscal do país e fatores externos. A volta da elevação da Selic também foi fator crucial.

Mas percebeu-se que, visando amenizar os riscos da carteira, o Comitê de Investimentos juntamente com o Gestor de Recursos sugeriu a redução dos valores em IMA B, já que ainda há espaço para maior elevação da Selic, sendo um bom momento para aproveitar o CDI ao invés do IMA B. Por outro lado, viu-se que os mesmos fatores de riscos supracitados acima criaram oportunidades de investimentos em fundos vértices com ótimas taxas. O gestor e o comitê sugeriram e aprovaram, respectivamente, diversas operações nesse sentido, as quais foram entendidas e autorizadas pelo Conselho.

No entanto, no decorrer do ano, os fundos vértices mais longos tiveram resultado negativo, como 2030 e 2032, o que não é uma preocupação, já que os valores aplicados tem garantia do pagamento das taxas em que foram adquiridas até o prazo final, mas afeta o resultado específico de 2024, ajudando no resultado abaixo do esperado. O destaque positivo observado foram os fundos de investimentos que tem como índice o CDI.

Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP)

O FAPS manteve seus critérios para emissão do CRP regulares, possibilitando assim, a geração em 12/06/2024 e em 09/12/2024 dos CERTIFICADOS DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.

O CRP tem a finalidade de atestar, conforme aspectos de verificação estabelecidos para cada critério, que o ente cumpre as regras constitucionais e legais voltadas para a gestão do seu respectivo RPPS e, conseqüentemente, tende a propiciar aos seus segurados e beneficiários um RPPS com gestão direcionada ao fortalecimento e sustentabilidade em decorrência das boas práticas de gestão implementadas e mantidas.

A importância de mantê-los em dia é que, além de uma boa gestão do RPPS, exige-se o CRP para a realização de transferências voluntárias (excetuando-se, porém, a sua exigência nas transferências relativas às ações de educação, saúde e assistência social) para o próprio município. Na sequência, a cópia dos CRP's emitidos em 2024:





MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Sarandi UF: RS

CNPJ Principal: 97.320.030/0001-17

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA Nº 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 12/06/2024
VÁLIDO ATÉ 09/12/2024

N.º 988903 -
233582

[Handwritten signatures]



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE REGIME PRÓPRIO E COMPLEMENTAR
Departamento dos Regimes Próprios de Previdência Social

Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP

Ente Federativo: Sarandi UF: RS
CNPJ Principal: 97.320.030/0001-17

É CERTIFICADO, NA FORMA DO DISPOSTO NO ART. 9º DA LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998, COM FUNDAMENTO NO ART. 167, XIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO DECRETO Nº 3.788, DE 11 DE ABRIL DE 2001, E DA PORTARIA N.º 1.467, DE 2 DE JUNHO DE 2022, QUE O MUNICÍPIO ESTÁ EM SITUAÇÃO REGULAR EM RELAÇÃO A LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.

FINALIDADE DO CERTIFICADO

Os órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união deverão observar, previamente, a regularidade dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto ao seu regime Próprio de Previdência Social, nos seguintes casos, conforme o disposto no art 7º da lei nº 9.717, de 1998:

- i. Realização de transferências voluntárias de recursos pela união;
- ii. Celebração de acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como de empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da administração direta e indireta da união;
- iii. Liberação de recursos de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais;

Certificado emitido em nome do Ente Federativo e válido para todos os órgãos e entidades do município

A aceitação do presente certificado está condicionada à verificação, por meio da internet, de sua autenticidade e validade no endereço: <http://www.previdencia.gov.br>, pois está sujeito a cancelamento por decisão judicial ou administrativa.

Este certificado deve ser juntado ao processo referente ao ato ou contrato para o qual foi EXIGIDO.



EMITIDO EM 09/12/2024
VÁLIDO ATÉ 07/06/2025

N.º 988903 -
238969

Handwritten signatures in blue ink

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos de Recursos (DAIR)

Ao verificar os dados do DAIR enviados, percebe-se que todos eles foram enviados dentro prazo. Apenas no mês de janeiro teve uma retificação enviado em 01/03 de um DAIR enviado no prazo.

Ente	CNPJ do Ente	Exercício	Mês	Finalidade do DAIR	Data de Posição	Data de Envio	Consultar Notificações / Irregularidades
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Dezembro	DAIR - Encerramento do Mês	31/12/2024	27/01/2025 08:25:04	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Novembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/11/2024	26/12/2024 11:17:13	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Outubro	DAIR - Encerramento do Mês	31/10/2024	29/11/2024 10:09:24	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Setembro	DAIR - Encerramento do Mês	30/09/2024	30/10/2024 13:49:48	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Agosto	DAIR - Encerramento do Mês	31/08/2024	27/09/2024 16:12:42	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Julho	DAIR - Encerramento do Mês	31/07/2024	29/08/2024 09:56:09	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Junho	DAIR - Encerramento do Mês	30/06/2024	30/07/2024 11:57:45	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Maio	DAIR - Encerramento do Mês	31/05/2024	14/06/2024 15:45:18	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Abril	DAIR - Encerramento do Mês	30/04/2024	31/05/2024 09:24:55	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Março	DAIR - Encerramento do Mês	31/03/2024	29/04/2024 16:20:04	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Fevereiro	DAIR - Encerramento do Mês	29/02/2024	28/03/2024 09:03:30	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Janeiro	DAIR - Encerramento do Mês	31/01/2024	01/03/2024 09:22:47	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2024	Janeiro	DAIR - Encerramento do Mês	31/01/2024	28/02/2024 10:03:46	
Sarandi	97.320.030/0001-17	2023	Dezembro	DAIR - Encerramento do Mês	31/12/2023	26/01/2024 09:40:17	

[Handwritten signatures and initials]

Demonstrativo das Aplicações e Repasses de Recursos (DIPR)

O demonstrativo que apresenta todas as receitas e despesas realizar pelo FAPS foram todos enviados ao Ministério da Previdência através do CADPREV, mantendo a sua regularidade. A seguir a imagem do CADPREV com essa comprovação:

Exercício	Bimestre	Histórico de Retificações	Assinatura Digital
2023	Março/Abril	⌚	✓
2023	Janeiro/Fevereiro	⌚	✓
2024	Novembro/Dezembro	⌚	✓
2024	Setembro/Outubro	⌚	✓
2024	Julho/Agosto	⌚	✓
2024	Maio/Junho	⌚	✓
2024	Março/Abril	⌚	✓
2024	Janeiro/Fevereiro	⌚	✓

Receitas

De acordo as avaliações dos relatórios de folha de pagamento e contábil, as receitas auferidas de contribuições de servidores, do município, de cedidos, de aportes, de rendimentos, de compensações previdenciárias, e operacionalização da folha de pagamento somaram R\$ 17.135.440,53, conforme o relatório contábil.

Despesas

O FAPS é responsável pelo pagamento de benefícios aos seus segurados. Os benefícios que são de responsabilidade do regime são as aposentadoria e pensões dos servidores e seus dependentes. Além disso, o FAPS tem as despesas de taxa de administração para pagamento das atividades, cursos, diárias, ressarcimentos e outras despesas necessárias para o andamento do mesmo.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Despesas com Aposentadorias, Pensões e Compensações

As despesas em 2024 totalizaram R\$ 12.537.241,25, sendo R\$ 10.487.857,86 com aposentadorias, R\$ 1.908.426,18 com pensões e R\$ 113.906,50 de compensação previdenciária, conforme os relatórios contábeis.

Despesas com Taxa de Administração

As despesas com taxa de administração em 2024 somaram R\$ 27.050,71, conforme os relatórios contábeis. O saldo que havia em 31/12/2024 na conta nº 54087-0 e aplicado no fundo BB PREVIDENCIÁRIO PERFIL será devolvido para a conta nº 36206-9 – conta do RPPS que é utilizada para pagar benefícios.

Compensação Previdenciária (COMPREV)

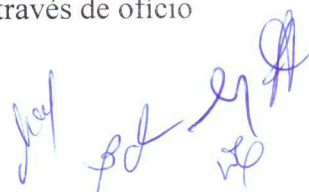
No âmbito da receita, o valor recebido foi de R\$ 512.319,68. Já as despesas, referente as guias/depósitos pagos para RPPS de outros município e estado, assim como para o Regime Geral de Previdência somaram o montante de R\$ 113.906,50.

Despesas com Investimentos

São valores referente a corretagem, emolumentos e clearing do investimento ISHARES IBOVESPA (BOVA11), por exemplo. Como em 2024 não foram efetuados investimentos nesse segmento, não houve despesas.

Análise da Insuficiência Financeira

Tendo em vista a orientação do TCE/RS, através do Ofício Circular DCF nº 03/2023 – 30 de janeiro de 2023, cuja matéria era a obrigatoriedade de os entes federativos promoverem medidas saneadoras para o desequilíbrio financeiro dos fundos em capitalização dos RPPS e considerando o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, em que os entes são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, o Conselho de Administração se reuniu e através de ofício



em 19 de dezembro de 2024, solicitou ao prefeito municipal, à época, Nilton Debastiani, o pagamento da insuficiência apurada até novembro de 2024, cujo valor foi de R\$ 250.483,00. Em 30 de dezembro de 2024 o valor foi pago.

Ao final de janeiro de 2025 foi realizada uma nova apuração dos resultados de 2024, agora de janeiro a dezembro e chegou-se aos seguintes dados:

RESUMO MOVIMENTAÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO/2024	
TOTAL DAS RECEITAS	17.135.440,53
RECEITA DOS SERVIDORES ATIVOS (14%)	2.366.997,59
RECEITA DOS SERVIDORES INATIVOS	151.369,93
RECEITA DOS SERVIDORES PENSIONISTAS	34.372,67
RECEITA PATRONAL (28%)	4.400.851,45
(-) RECEITA PATRONAL - TAXA ADMINISTRATIVA	704.632,63
(-) APORTES	5.063.463,30
RENDIMENTOS GERAL	3.403.472,59
RENDIMENTOS RECURSOS DE APORTES	96.190,49
(-) RENDIMENTOS DE TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	37.140,10
COMPREV RECEBIDA	512.319,68
OPERACIONALIZAÇÃO FOLHA DE PAGTO	363.864,23
RESTITUIÇÕES	765,87
RECEITA PARA FINS CÁLCULO	11.330.204,50
TOTAL DAS DESPESAS	12.537.241,25
APOSENTADORIAS	10.487.857,86
PENSÕES	1.908.426,18
COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	113.906,50
DESPESAS TAXA ADMINISTRAÇÃO	27.050,71
DESPESA PARA FINS DE CÁLCULO	12.510.190,54
RESULTADO	- 1.179.986,04
VALOR JÁ REPASSADO	250.483,00
SALDO A REPASSAR	- 929.503,04

Diante desta apuração há uma insuficiência financeira de R\$ 929.503,04 (novecentos e vinte e nove mil, quinhentos e três reais e quatro centavos). Consideramos este valor elevado para cobrar dos cofres municipais, e considerando que houve uma sobra de taxa de administração de R\$ 677.581,92 (seiscentos e setenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), o conselho sugere o repasse desse saldo da taxa de administração para o FAPS utilizar para pagamento de benefícios e então cobraria do executivo ainda o repasse da diferença (929.503,04 – 677.581,92),

[Handwritten signatures]

ou seja, um repasse de R\$ 251.921,12 (duzentos e cinquenta e um mil, novecentos e vinte e um reais e doze centavos) de insuficiência financeira.

Inclusive esta reversão das sobras da taxa de administração para a cobertura de insuficiência financeira do plano previdenciário, foi objeto de consulta via e-mail aos auditores do Tribunal de Contas do Estado, o qual não encontrou impedimentos para realização deste trâmite, desde que devidamente aprovada pelo Conselho.

Ressalvando, porém, que seja revisto o plano de custeio vigente, considerando talvez reavaliar a composição de amortização do plano em alíquotas suplementares e aportes periódicos.

Considerações Finais

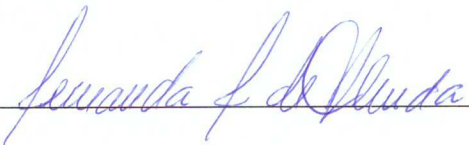
Diante do exposto nesse relatório e a partir da avaliação dos demonstrativos contábeis, o COADFAPS APROVOU as contas do EXERCÍCIO 2024, no entanto ressalva a preocupação dos conselheiros pelo não atingimento da meta atuarial no exercício financeiro, o que acabou contribuindo para a ocorrência de uma considerável insuficiência financeira no ano.

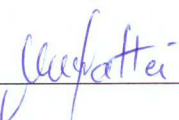
Sarandi, 11 de Fevereiro de 2025

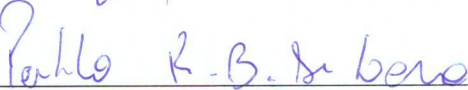
IDENTIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Titulares:

Daniela Godinho: 

Fernanda Freitas de Almeida 

Marivone Lourdes Debona Mattei: 

Pablo Rafael Brizola de Lara: 

Rubens da Silva Martins (PRESIDENTE): 

Suplentes:

Deisi Bombardelli Rossetto: Deisi

Leocádia Oliveira da Silva: _____

Loreni Lúcia Pasquetti Ortolan: _____

Gilséia Vieira: _____

Vinicius Zancanella: _____

RELATÓRIO DE GESTÃO RPPS 2024

FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE
SARANDI - RS



Conselho de Administração:

Titulares:

Daniela Godinho – Representante do Executivo Municipal

Fernanda Freitas de Almeida (PRESIDENTE até agosto) - Representante dos Servidores Municipais

Marivone Mattei - Representante dos Servidores Municipais

Pablo Rafael Brizola de Lara - Representante do Executivo Municipal

Rubens da Silva Martins (PRESIDENTE a partir setembro) – Representante dos Servidores Municipais

Suplentes:

Deisi Bombardelli Rossetto - Representante dos Servidores Municipais

Leocádia Oliveira da Silva - Representante dos Servidores Municipais

Loreni Lúcia Pasquetti Ortolan - Representante do Executivo Municipal

Gilséia Vieira - Representante do Executivo Municipal

Vinicius Zancanella - Representante dos Servidores Municipais

Gestor de Recursos:

Adriano Kaufmann

Comitê de Investimentos:

Gabriela Romio

Keila Ferraz de Quadros

Patrícia Mocelin

Renata Pasqualotto Rosetto

Verônica Letícia Bressan Merten



CONTEÚDO ESPECIAL

SUBINDICES DA ANBIMA

Os títulos públicos têm diversos perfis que variam de acordo com a forma de remuneração e o prazo. A remuneração, por exemplo, pode ser uma taxa fixa ou acompanhar a variação da taxa de juros de curto prazo (DI e Selic) ou juros somados à variação da inflação.

Para cobrir todas essas opções, o IMA se divide em vários subíndices. Confira todos abaixo:

IMA-Geral: formado por todos os títulos que compõem a dívida pública.

IMA-Geral ex-C: segue a lógica do IMA-Geral, ou seja, formado por todos os títulos que compõem a dívida pública, excluindo os papéis indexados ao IGP-M (as antigas NTN-C - Notas do Tesouro Nacional – Série C ou Tesouro IGPM+ com Juros Semestrais).

IRF-M: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais).

IRF-M 1: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos abaixo de um ano.

IRF-M 1+: formado por títulos públicos prefixados, que são as LTNs (Letras do Tesouro Nacional ou Tesouro Prefixado) e NTN-Fs (Notas do Tesouro Nacional – Série F ou Tesouro Prefixado com Juros Semestrais) com vencimentos acima de um ano.

IRF-M P2: índice igual ao IRF-M, ou seja, reflete os papéis prefixados, mas com um mecanismo de controle de prazo (PMR – Prazo Médio de Repactuação). Esse indicador foi criado para atender aos ETFs (Exchange Traded Funds), fundos que possuem gestão passiva e têm as carteiras atreladas a um índice de referência.

Isso porque o imposto de renda dos ETFs é calculado com base no prazo médio da carteira, diferentemente dos demais fundos em que o imposto de renda é cobrado de acordo com a permanência do investidor no produto. Nesse caso, a carteira do índice mantém sempre prazo médio (acima de 720 dias). Assim, se o fundo replicar integralmente a carteira, garantirá a menor alíquota de imposto de renda.

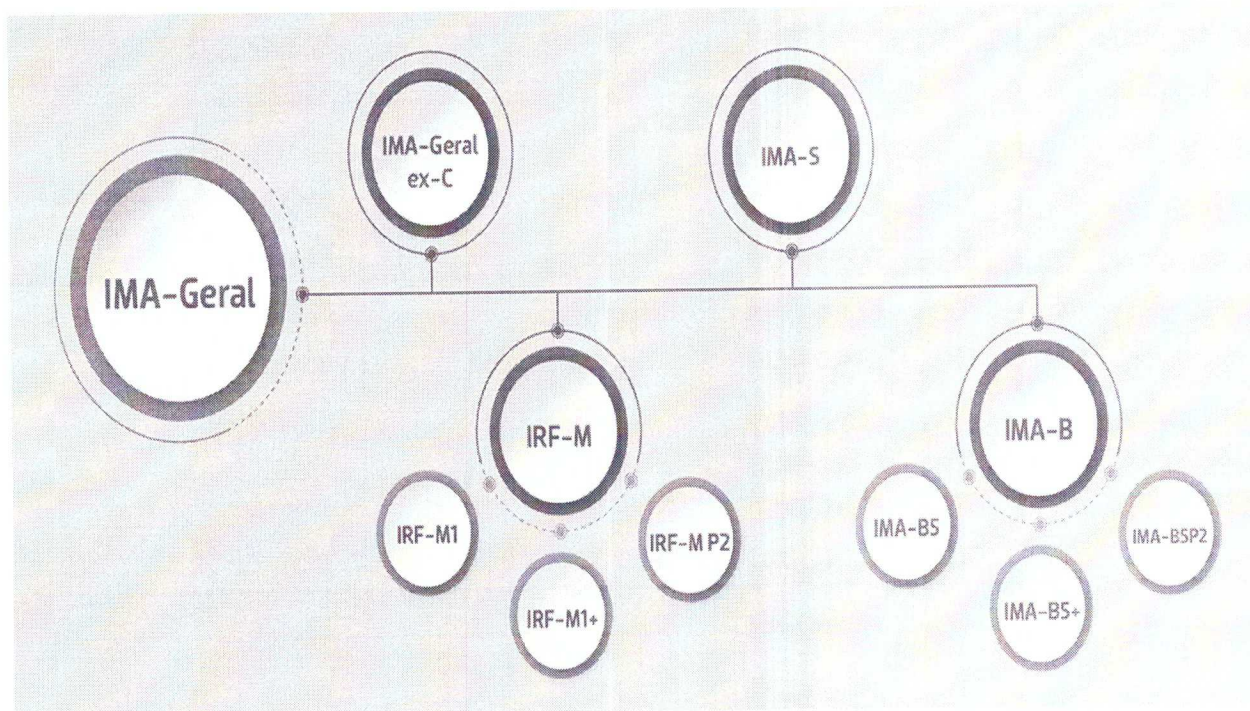
IMA-B: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais).

IMA-B 5: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento de até cinco anos.

IMA-B 5+: formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que são as NTN-Bs (Notas do Tesouro Nacional – Série B ou Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais) com vencimento igual ou acima de cinco anos.

IMA-B 5 P2: índice igual ao IMA-B 5, ou seja, reflete os papéis indexados ao IPCA com vencimento de até cinco anos, mas conta com o mesmo mecanismo de controle de prazo (PMR - Prazo Médio de Repactuação) citado no IRF-M P2. Assim como o IRF-M P2, também foi criado para atender aos ETFs (Exchange Traded Funds).

IMA-S: formado por títulos pós-fixados atrelados à taxa básica de juros (Selic), que são as LFTs (Letras Financeira do Tesouro ou Tesouro Selic).



Créditos: Anbima

Assinatura

Apresentação

Os Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) são sistemas de previdência dos servidores públicos de cargo efetivo da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previstos no artigo 40 da Constituição Federal de 1988 e regulamentados pela Lei Federal nº 9.717/1998.

O Fundo de Aposentadoria e Pensão dos Servidores de Sarandi (FAPS) é um RPPS. Seu patrimônio é constituído a partir de recolhimento mensal a fim de garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, nos termos do artigo 1º, inciso II, da Lei nº 9.717/1998, em atendimento ao caráter contributivo e solidário exigido pelo artigo 40 da Constituição Federal de 1988, sendo que, com a Lei Complementar nº 115/2020 do Município de Sarandi, as alíquotas passaram a ser:

- de 14% para os servidores – Portaria MTP nº 1.467/2022, art 11., § 1º I, a;
- de 28% para a parte patronal (Município) desde 01/07/2022 – *Portaria MTP nº 1.467/2022, art. 11, I;*
- de 14% de aposentados e pensionistas – somente sobre os valores que superam a três salários mínimos (R\$ 3.906,00) – Portaria MTP nº art 8º, II – salário no 1º trimestre era R\$ 1.302,00 e depois passou para R\$ 1.412,00 (R\$ 4.236,00);
- Aportes financeiros mensais – Portaria MTP nº 1.467/2022, art 7º, § 4º; Art. 10º - no montante de R\$ 421.864,79, distribuído entre os entes:
 - 1) Município de Sarandi;
 - 2) Município de Novo Xingu com uma cedida;
 - 3) Câmara Municipal de Vereadores de Sarandi;
 - 4) Município de Constantina com uma cedida;
 - 5) Escola Sarandi com uma cedida.

Também integram as receitas:

- as Compensações Previdenciárias do INSS/RPPS;
- os Rendimentos de Aplicações Financeiras;
- Insuficiências apuradas que foram pagas.



Meta Atuarial

A Política de Investimentos apresenta uma meta atuarial para 2024 composta pelo IPCA + 4,96%. De janeiro a dezembro, o IPCA acumulou 4,83%. Com isso, a meta (IPCA + 4,96%) de rentabilidade para o período ficou em cerca de 10,05%. De acordo com o monitoramento mensal do Gestor, os valores auferidos pelo FAPS somaram uma rentabilidade de 5,19%, ficando inferior a meta atuarial em 4,87 pontos percentuais.

Dados do trimestre

No primeiro trimestre, os rendimentos e rentabilidade foram: em janeiro foi de 0,60%, equivalendo à R\$ 410.164,21; em fevereiro foi de 0,80%, somando R\$ 548.348,79. Em março teve-se a valorização de 0,64% e rendimentos de R\$ 443.628,43.

No segundo trimestre teve-se: em abril desvalorização de 0,36% com queda de R\$ 251.879,07. Em maio houve acréscimo de 1,17% com valorização de R\$ 814.711,16. Já em junho, a rentabilidade foi de R\$ 154.079,42, valorizando 0,22%.

No terceiro trimestre teve-se: em julho valorização de 1,42% com rendimentos de R\$ 995.806,81. Em agosto houve acréscimo de 0,72% com valorização de R\$ 511.425,70. Já em setembro, a valorização foi de R\$ 66.399,30, valorizando 0,09%.

No quarto trimestre teve-se: em outubro valorização de 0,24% com rendimentos de R\$ 173.310,51. Em novembro houve acréscimo de 0,27% com valorização de R\$ 192.701,93. Já em dezembro, a desvalorização foi de R\$ 521.894,01, ou -0,72%.

Assim, os rendimentos auferidos no ano totalizaram R\$ 3.536.803,18, com rentabilidade de 5,19% no período.

O quadro a seguir demonstra o valor obtido mensalmente em rendimentos financeiros e o percentual de valorização/desvalorização das aplicações, considerando a média de todos os ativos:

MÊS	RENDIMENTOS (R\$)	RENTABILIDADE (%)
Janeiro	R\$ 410.164,21	+ 0,60
Fevereiro	R\$ 548.348,79	+ 0,80
Março	R\$ 443.628,43	+ 0,64
Abril	- R\$ 251.879,07	- 0,36
Maio	R\$ 814.711,16	+ 1,17



Junho	R\$ 154.079,42	+ 0,22
Julho	R\$ 995.806,81	+ 1,42
Agosto	R\$ 511.425,70	+ 0,72
Setembro	R\$ 66.399,30	+ 0,09
Outubro	R\$ 173.310,51	+ 0,24
Novembro	R\$ 192.701,93	+ 0,27
Dezembro	R\$ -521.894,01	- 0,72
Total	R\$ 3.536.803,18	+ 5,19

Na sequência, apresenta-se um resumo do que aconteceu em cada mês no cenário macroeconômico.

Relembre os fatos que marcaram o 1º Trimestre:

Em janeiro: tivemos investimentos com prazos mais longo operando no “negativo”, como os fundos de vértices 2030. Também operaram no vermelho, os fundos IMA B e IMA B 5 +, sendo este último o pior desempenho no período. Já na outra ponta, o destaque fica por conta do fundo BB ESG AÇÕES GLOBAIS que faturou 4,25% em janeiro.

Em fevereiro: apenas o IRFM operou no negativo para o FAPS, visto que o mesmo foi resgatado no início do mês. Mas de forma geral, a rentabilidade de 0,80% foi boa, com destaque positivo novamente para o fundo de Ações Globais com 6,72% de rentabilidade. Após um comparativo entre os fundos de investimentos para avaliar como estão se comportando, percebeu-se que o fundo CAIXA BRASIL TP RF LP, que tinha em torno de R\$ 1,5 milhões, vinha rendendo abaixo do fundo CAIXA BRASIL RF REFERENCIADO DI, ambos têm o mesmo parâmetro de rentabilidade, o CDI, onde o CAIXA BRASIL TP RF LP em 12 meses rendeu 12,79%, frente a 13,19% do REFERENCIADO. Assim, a opção foi resgatar todo o valor do fundo BRASIL TP e aplicar no REFERENCIADO DI.

Em março: o destaque negativo foi novamente o IMA B 5 +, com perda de 0,56%. Já o AÇÕES GLOBAIS, pelo terceiro mês seguido, foi o que melhor performou, 2,16%. No ano, o AÇÕES GLOBAIS acumula ganho de 13,65%. Em 12 meses, 28,40%.

No 2º trimestre destacam os seguintes acontecimentos:

Em abril: o mês foi marcado por rentabilidades negativas nos fundos Vértices mais longos e da família IMA, fazendo com que, no geral, os rendimentos do RPPS se desvalorizassem. Os



fundos DI foram os que obtiveram melhores retornos. O mercado passou a precificar para a reunião seguinte um corte de 25 bps na taxa básica de juros, com uma Selic terminal mais alta esse ano, gerando assim volatilidade elevada na curva de juros ao longo do último mês. O FED indicou que pode ser necessário manter a taxa de juros no patamar atual por mais tempo do que o previsto há alguns meses, pressionando a curva de juros para cima, impactando vários mercados, inclusive o Brasil. No âmbito doméstico, o cenário global mais incerto em conjunto com as discussões em torno da política fiscal, contribuíram para o aumento do risco. Houve poucos eventos em abril, mas vale destacar a mudança de tom na comunicação do Roberto Campos Neto, que passou a enfatizar a preocupação incremental com os riscos de inflação e o aumento da incerteza, deixando a próxima decisão mais dependente de dados.

Em maio: no mês houve poucas mudanças no âmbito internacional, que parece ter consolidado um cenário de juros mais altos por mais tempo na economia norte americana. No cenário doméstico, em seu último encontro, o COPOM reduziu o ritmo de cortes da taxa de juros para 25 bps. Ao longo do mês houve uma nova onda de reprecificação da curva de juros futuros, que abriu em toda a sua extensão, especialmente no miolo. A curva de juros real por sua vez fechou em toda a sua extensão, refletindo a expectativa de uma inflação mais elevada. Isto contribuiu para que os fundos performassem bem com incremento de 1,17%. No mês, o destaque ficou para o fundo BB ESG Ações Globais que variou 6,17%.

Em junho: percebe-se que no último mês do semestre houve variação negativa nos fundos vértices de prazos mais longos. Com o aumento dos fatores de incerteza, ao longo do mês houve uma intensificação da reprecificação da curva de juros futuros iniciada em maio, que abriu de maneira expressiva em toda a sua extensão, especialmente nos vértices intermediários. A curva de juros real se moveu na mesma direção, mas em menor magnitude, refletindo a expectativa de uma inflação mais elevada, também aprofundando a tendência verificada em maio. O destaque negativo foi para o IMA B 5+ com desvalorização de 2,25% e o destaque positivo ficou novamente no fundo BB ESG AÇÕES GLOBAIS com 9,68% de rentabilidade.

No 3º trimestre, destacam-se:

Em julho: o FOMC manteve a Fed Funds Rate no mesmo patamar em sua última reunião, mas trouxe uma alteração relevante em relação ao último encontro. A desaceleração da economia americana permitiu que houvesse novamente entre os membros do comitê a discussão sobre o início do ciclo de cortes, aumentando as chances de redução da taxa básica de juros na próxima reunião do comitê. Ocorreu o atentado ao candidato republicano Donald Trump. A redução dos fatores de incerteza no âmbito fiscal ao longo do mês levou a um fechamento das partes curta e longa da curva de juros futuros. Os vértices J25 e N26 sofreram leve abertura, em razão do câmbio

elevado, que mantido nesses patamares pode pressionar a inflação no período e exigir uma alta de juros por parte do Banco Central. A curva de juros real também fechou com maior impacto nos vértices a partir de 2028. As LFTs também fecharam levemente com destaque aos vértices a partir de 09/2026. Os subíndices da ANBIMA, tiveram performance superior ao CDI. O IMAS obteve performance ligeiramente superior ao CDI, com os demais índices rendendo de forma significativa acima do benchmark. O destaque positivo foi o IMA-B5+, influenciado pelo fechamento da curva de juros reais em seus vértices mais longos. Em julho, o Ibovespa apresentou valorização de 3,02% em relação ao mês anterior, fechando aos 127.652 pontos. O IPCA avançou 0,38% (M/M) em julho acumulando alta de 4,5% em 12 meses.

Em agosto: a inflação anualizada dos Estados Unidos foi de 2,5% em agosto. A taxa teve uma queda de 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior, quando foi de 2,9% no acumulado de 12 meses. A inflação mensal ficou em 0,2%, mesma de julho. O IPCA registrou deflação de 0,02%. Essa foi a primeira queda no índice de preços desde junho de 2023. No acumulado até julho de 2024, o IPCA já havia crescido 2,87%. No acumulado em 12 meses, a inflação alcançou 4,24% em agosto, frente a 4,50% em julho. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), conhecido como a prévia do Produto Interno Bruto (PIB), variou +0,23% na comparação com o mês anterior. O IMA-B5+, que reflete as NTN-Bs com prazo acima de cinco anos, apresentou retorno de 0,77%, mas ainda registra perda de 1,21% em 2024. Já o IMA-B 5, que reflete as NTN-Bs com prazo até cinco anos, avançou 0,59 % em agosto, acumulando 4,88% no ano. Entre os prefixados, o IRF-M 1 (prefixado até um ano) avançou 0,77% e o retorno anual foi de 6,30%. A carteira de prefixados mais longos, o IRF-M 1+ (prefixados acima de um ano), variou 0,60% e 2,39%, no mês e no ano respectivamente.

Em setembro: os mercados internacionais foram impactados por duas medidas importantes: a flexibilização monetária nos Estados Unidos e os estímulos econômicos na China. O Federal Reserve (Fed) surpreendeu com um corte de 50 bps na taxa básica de juros, mais rápido do que o esperado pelo mercado, devido a uma inflação controlada e sinais de enfraquecimento no mercado de trabalho. A combinação da alta da Selic com a deterioração fiscal levou ao aumento do prêmio de risco, refletido na abertura da curva de juros. A curva de juros real se abriu em todos os prazos, enquanto a pós-fixada mostrou um aumento nos vértices mais curtos e queda nos longos, sinalizando expectativas de uma Selic terminal mais alta. Em setembro, o Ibovespa apresentou desvalorização de 3,08% em relação ao mês anterior, fechando aos 131.816 pontos. No ano, o índice acumula queda de 1,77%. O IPCA avançou +0,44% (M/M) em setembro, acelerando em relação ao recuo de -0,02% (M/M) observado no mês anterior. Na reunião do Copom (18/09), o comitê optou, unanimemente, por elevar a Selic em 0,25pp (10,50% para 10,75% aa).



Por fim, no 4º trimestre tivemos:

Outubro: Nos EUA a disputa bastante acirrada entre os candidatos Donald Trump e Kamala Harris ditou o ritmo no mês de outubro. Ainda nos EUA, o PIB do 3ºTRI cresceu 2,8%, desacelerando em relação ao 2ºTRI, mas ainda acima das previsões do mercado. Em resposta a esses dados, o FED decidiu reduzir os juros em 0,50%, para o intervalo de 5,00% a 4,75%, em um movimento focado em equilibrar a inflação e sustentar o crescimento econômico. O FOMC (COPOM dos EUA) expressou confiança na convergência da inflação, destacando um mercado de trabalho forte e riscos inflacionários mais equilibrados. A produção industrial na Zona do Euro cresceu 1,8% em agosto, revertendo a queda do mês anterior e alinhando-se às expectativas do mercado. O governo chinês anunciou o aumento do teto da dívida em grande escala e em um montante único para substituir as dívidas dos governos locais e ajudar a neutralizar seus riscos. Para o mercado imobiliário, foi dito que o país aplicará um conjunto de ferramentas de política fiscal, incluindo títulos especiais de governos locais, fundos especiais e políticas tributárias para ajudar a estabilizar o setor. No Brasil, acerca dos dados divulgados em outubro, o volume de serviços recuou 0,4% (M/M) (agosto). Com isso, o setor de serviços se situa 15% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-Covid19) e 0,4% abaixo de julho e agosto de 2024 (auge da série histórica). A indústria avançou 0,1% (M/M) em agosto, impulsionada por bens de consumo semiduráveis e não duráveis (0,4%) e bens intermediários (0,3%). Com esse resultado a produção industrial está 1,5% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 15,4% abaixo de maio de 2011 (auge da série histórica). Já o varejo restrito mostrou redução de 0,3% (M/M). O IPCA avançou +0,56% (M/M) em outubro, acelerando em relação ao observado no mês anterior. Foi a maior variação mensal dos últimos 8 meses. Sendo que a variação foi superior às projeções de mercado. Com isso, o índice acumulou alta de +4,76% em 12 meses (ante +4,42% em setembro). No cenário doméstico, o mês iniciou com a Moody's elevando a nota de crédito do Brasil, deixando o país mais próximo do grau de investimento, com manutenção da perspectiva positiva. O Ibovespa caiu 1,60% ao fechar outubro nos 129.713 pontos. Teve ainda a aprovação de Galípolo para o Banco Central.

Novembro: nos EUA, o Federal Open Market Committee (FOMC) decidiu de forma unânime por reduzir a Fed Funds Rate em 25 bps para o intervalo [4,75% a 4,50%] ao ano, em linha com o consenso do mercado. No começo de novembro um dos principais destaques foi o resultado das eleições presidenciais nos EUA, com vitória do candidato Donald Trump. Na Zona do Euro, a produção industrial variou -2,0% (M/M) no mês de setembro de 2024, abaixo das expectativas de mercado, e acima do resultado do mês anterior (1,5% revisado de 1,8%). Já o volume de vendas do comércio varejista no Bloco apresentou variação de 0,5% M/M em setembro, vindo em linha com as expectativas de mercado. Acerca do mercado de trabalho, a taxa de

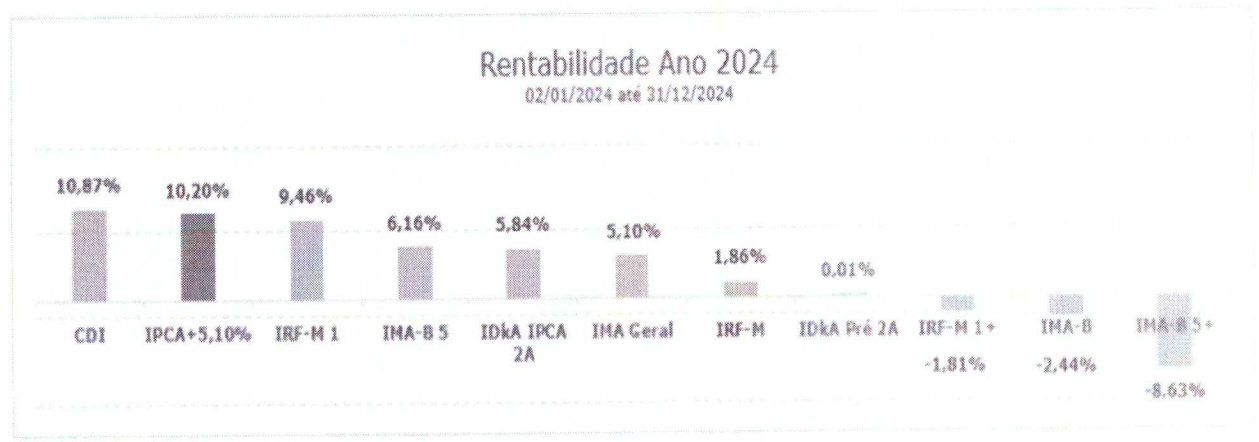


desemprego registrou 6,3% no mês de outubro/24. A China anunciou um projeto de lei que eleva o teto da dívida em 6 trilhões de yuans. Já no Brasil, acerca dos dados de atividade, divulgados ao longo de novembro, referentes à setembro mostrou que a produção industrial avançou 1,1% (M/M), ficando 3,1% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e 14,1% abaixo de maio de 2011 (auge da série histórica). O volume de serviços, com ajuste sazonal, subiu 1%. Com esse resultado o setor de serviços está 16,4% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e registrou o auge da série histórica. O volume de vendas no comércio varejista no país avançou 0,5% (M/M), na mesma base de comparação. Nesse contexto, em setembro, o IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) variou 0,8% (M/M). No tocante ao mercado de trabalho, em outubro, o saldo de empregos formais (CAGED) foi de 132.714, número abaixo das expectativas. O IPCA avançou +0,39% (M/M) em novembro, desacelerando em relação ao avanço de +0,56% (M/M) observado no mês anterior. Sendo que a variação foi inferior à projeção de mercado. Com isso, o índice acumulou alta de +4,87% em 12 meses. Em novembro, o Copom decidiu por unanimidade elevar a taxa básica de juro, de 10,75% para 11,25% a.a. Diante do aumento da percepção de risco, observou-se uma abertura da curva de juros nominal, principalmente nos vértices mais curtos, que passam a incorporar uma reação mais expressiva da política monetária ao contexto de atividade forte, inflação pressionada e risco fiscal. A curva de juros real andou na mesma direção, mas em magnitude menos expressiva, implicando em elevação importante nas inflações implícitas. Já a curva de juros pós-fixada fechou em quase toda sua extensão, principalmente nos papéis com vencimentos intermediários. No mês, com exceção do IMA-S, todos os subíndices da ANBIMA tiveram performance inferior ao CDI, com destaque negativo para o IRF-M e para o IRFM1+. Já na Renda Variável, os índices como o Nasdaq (+6,21%) e S&P500 (+5,73%) apresentaram recuperações significativas e o Ibovespa acumulou queda de 3,12% no mês.

Dezembro: nos EUA, o Banco Central decidiu reduzir a taxa básica de juros em 0,25% para o intervalo [4,50% a 4,25%], em linha com a expectativa do mercado. Na Zona do Euro, acerca dos indicadores divulgados em dezembro, referentes a outubro tivemos: a produção industrial permaneceu estável (0,0%) (M/M), alinhada com as expectativas de mercado, e acima do resultado do mês anterior (1,5% revisado de 1,8%). Já o volume de vendas do comércio varejista no Bloco apresentou variação negativa de -0,5% M/M, vindo abaixo das expectativas de mercado (-0,4%). Acerca do mercado de trabalho, a taxa de desemprego registrou 6,3% em outubro/24, em linha com as expectativas de mercado. Na China, em dezembro, o Politburo (principal órgão de liderança política) anunciou uma nova orientação para a política monetária, mudando de uma postura “prudente” para “moderadamente flexível”. O ano encerrou marcado por alta volatilidade nos mercados internacionais. No Oriente Médio, forças rebeldes tomaram o governo na Síria. A queda do governo sírio impacta todo o Oriente Médio por ser um campo de disputa de poder tanto



de potências regionais, como Israel e Irã, quanto globais, como EUA e Rússia. No leste europeu, a Guerra da Ucrânia completou 34 meses, com aumento da escalada e a intensificação dos esforços pela captura de territórios estratégicos. No Brasil, acerca dos dados de atividade divulgados em dezembro, no setor de serviços, houve aumento de 1,1% (M/M), impulsionado por transportes e serviços auxiliares aos transportes e correio (4,1%) e Serviços profissionais. Com esse resultado o setor de serviços está 17,8% acima do nível de fevereiro de 2020 (pré-pandemia) e está no auge da série histórica. Em relação ao mercado de trabalho, em novembro, o saldo de empregos formais (CAGED) foi de 106.625. A inflação medida pelo IPCA avançou +0,52% (M/M) em dezembro, acelerando em relação ao avanço de +0,39% (M/M) observado no mês anterior, vindo abaixo das expectativas de mercado. Com isso, o índice acumulou alta de +4,83% em 12 meses. Em dezembro, o Copom decidiu por unanimidade elevar a taxa básica de juros, de 11,25% para 12,25% aa, número acima do esperado pelo mercado (12,0%). O tom do comunicado foi considerado duro. O Comitê sinalizou que ‘em se confirmando o cenário esperado, será necessário realizar ajustes de mesma magnitude nas próximas reuniões’, o que levaria a Selic à 14,25% a.a.. Ainda no cenário doméstico, o foco foi a tramitação do pacote de redução de despesas apresentado pelo governo em novembro. A diluição das medidas elaboradas durante sua tramitação no Congresso trouxe ainda maior dúvida sobre a sua eficácia para conter a crescente dívida pública, e mesmo com taxas de juros reais em patamar já elevado, observamos uma nova abertura na curva de juros nominal (prefixados), principalmente nos prazos mais longos que passam a incorporar uma reação mais expressiva da política monetária incerta, inflação pressionada e risco fiscal. A curva de juros real (índice de preços) andou na mesma direção, mas em menor intensidade, implicando em elevação importante nas inflações implícitas. Nesse contexto, todos os subíndices ANBIMA tiveram performance inferior ao CDI, com destaque negativo para o IRFM1+ e o IMAB5+. Abaixo como fecharam os índices em todo o exercício de 2024:



Já ao avaliar a meta de rentabilidade com os fundos de investimentos, percebe-se que os fundos IMA B, IMA B 5 + performaram muito mal nos últimos meses, com a crescente pressão

sobre a gestão fiscal do país e fatores externos. A volta da elevação da Selic também foi fator crucial.

Como forma de amenizar os riscos da carteira, o Comitê de Investimentos juntamente com o Gestor de Recursos sugeriu a redução dos valores em IMA B, já que ainda há espaço para maior elevação da Selic, sendo um bom momento para aproveitar o CDI ao invés do IMA B.

Vale destacar que os mesmos fatores que derrubaram os valores da marcação mercado dos ativos também proporcionaram ótimos novos investimentos. Foram diversas aplicações em fundos vértices no decorrer de 2024, com excelentes taxas indicativas. Inicialmente, foram taxas próximas ao IPCA + 6%. Já no último trimestre, as taxas superaram IPCA + 7%, estando próximas ao IPCA + 8% ao final do ano. O FAPS aplicou bons valores no vértice 2030 aproveitando as oportunidades. Mas no decorrer do ano, os fundos vértices mais longos tiveram resultado negativo, o que não é uma preocupação, já que os valores aplicados tem garantia do pagamento das taxas em que foram adquiridas até o prazo final.

Na sequência é possível verificar onde estão aplicados os R\$ 28.828.965,02 em fundos vértices e as rentabilidades em 2024:

FUNDO	VALOR 31/12/24	RENT. 2024
Caixa FI BR 2030 X	R\$ 3.864.714,54	-1,19%
Banrisul RPPS II	R\$ 8.070.015,36	4,25%
Caixa FI BR 2030 II	R\$ 2.017.080,92	-1,20%
BB PREV V 2030 II	R\$ 2.595.912,45	-3,79%
BB PREV V 2032	R\$ 5.547.851,53	-3,67%
BB PREV V 2027	R\$ 3.995.426,99	4,23%
BB PREV V 2030	R\$ 2.737.963,23	-1,38%

Com relação as aplicações em fundos vértices apenas em 2024 tivemos:

FUNDO	DATA APLICAÇÃO	VALOR APLICADO	LIQUIDA = TAXA (IPCA +)
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	15/04/2024	4.586.161,39	5,85%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	16/04/2024	143.702,72	5,85%
CAIXA BRASIL 2030 X	03/05/2024	2.000.000,00	5,94%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	08/05/2024	300.000,00	6,08%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	09/05/2024	123.065,10	5,99%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	20/05/2024	118.574,28	5,97%
CAIXA BRASIL 2030 X	03/07/2024	2.000.000,00	6,49%
BANRISUL RPPS II	03/07/2024	2.000.000,00	6,56%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	14/06/2024	320.000,00	6,25%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	17/06/2024	103.711,64	6,26%
BB PREVIDENCIÁRIO 2032	19/08/2024	163.054,16	5,87%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	30/08/2024	1.240.936,05	6,26%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	02/09/2024	36.476,47	6,30%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	25/10/2024	412.180,23	6,70%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	28/10/2024	12.924,60	6,73%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	29/10/2024	411.401,40	6,79%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	31/10/2024	10.463,39	6,55%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	21/11/2024	112.852,09	7,01%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	03/12/2024	411.561,19	7,08%
BB PREVIDENCIÁRIO 2030 II	04/12/2024	10.463,39	7,05%
TOTAL		14.517.528,10	

Muito embora, isoladamente, o resultado geral de 5,19% ter ficado bem longe da meta de rentabilidade estipulada na Política de Investimentos, houve boas oportunidades em aquisição de fundos vértices, que garantem excelentes taxas nos médio e longo prazos. Mas como esses fundos são marcados a mercado, a rentabilidade – no ano de 2024 - foi negativa nos vértices 2030 e 2032 e abaixo da meta no vértice 2027. Mas até o vencimento os mesmos entregarão as taxas em que foram adquiridas, o que significa que o que não rentabilizou em 2024 será excedido em algum momento. Caso fosse marcado “na curva”, as rentabilidades positivas ajudariam a “puxar” o resultado para cima. Frisa-se que todos os fundos são registrados “a mercado” e não na “curva”.



A seguir o nome dos fundos e a rentabilidade no ano de 2024:

CAIXA FI BRASIL REFERENC. DI LONGO PRAZO	11,03%
BANRISUL ABSOLUTO FI RF LP	10,89%
BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL	10,88%
SICREDI TAXA SELIC FIC FIRF LP	10,82%
CAIXA BRASIL TÍTULO PÚBLICO RENDA FIXA LP	10,61%
META DE RENTABILIDADE	10,05%
CAIXA FI BRASIL IPCA XVI CRED PRIVADO	6,13%
CAIXA BRASIL IMA B 5 TP FI RF LP	5,92%
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2 A TP FI RF LP	5,43%
BANRISUL RPPS II FI RF (2027)	4,25%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2027	4,23%
CAIXA BRASIL 2030 X TP RF	-1,19%
CAIXA BRASIL 2030 II TP FI RF	-1,20%
BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030	-1,38%
CAIXA BRASIL IMA B TP FI RF LP	-2,72%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2032	-3,67%
BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030 II	-3,79%
CAIXA BRASIL IMA B 5 + TP FI RF LP	-8,64%

Os fundos que compunham a carteira em 31/12/2024 e que tiveram um resultado SATISFATÓRIO no ano, ou seja, superaram a meta de rentabilidade foram os fundos com índice CDI: Caixa Brasil Referenciado DI LP, Banrisul Absoluto FI RF LP, BB Previdenciário RF Perfil, Sicredi Taxa Selic FIC FIRF LP e Caixa Brasil Título Público RF LP. Já os fundos que rentabilizaram abaixo da meta, mas no âmbito anual positivo foram: Caixa FI Brasil IPCA XVI Credito Privado, Caixa Brasil IMA B 5 TP FI RF LP, Caixa Brasil IDKA IPCA 2 A TP FI RF LP, Banrisul RPPS II FI RF (vértice 2027) e BB Previdenciário RF TP Vértice 2027. Já os fundos que operaram no campo negativo nos 12 meses, mas que garantem os resultados acima da meta até seus prazos, foram os fundos vértices mais longos, que são: Caixa Brasil 2030 X TP RF, Caixa Brasil 2030 II TP FI RF, BB Previdenciário Vértice 2030, BB Previdenciário Vértice 2032, BB Previdenciário Vértice 2030 II. Também operaram no vermelho os fundos Caixa Brasil IMA B TP FI RF e o Caixa Brasil IMA B5+ TP FI RF LP, os quais representam uma desvalorização real, sem garantia de meta como os fundos vértices.

Na sequência é apresentado um quadro com a rentabilidade mês a mês de cada fundo de investimento, o acumulado no ano e nos últimos 12 meses:

	JANUÁRIO	FEBREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	EM 2024	12 MESES
RENDIMENTO MÉDIO	0,60%	0,80%	0,64%	-0,36%	1,17%	0,22%	1,42%	0,54%	-0,14%	0,24%	0,27%	-0,72%	5,19%	5,19%
CAIXA BRASIL IMB TP FIRE LP	-0,47%	0,54%	0,06%	-1,64%	1,30%	-1,00%	2,07%	0,50%	-0,60%	-0,65%	0,00%	-2,66%	-2,72%	-2,72%
CAIXA BRASIL 2030 II TP FIRE	-0,35%	0,59%	0,00%	-1,72%	1,38%	-0,71	1,76%	0,71%	-0,55%	-0,47%	-0,28%	-1,64%	-1,20%	-1,20%
CAIXA BRASIL 2024 IV TP FIRE	1,11%	0,73%	0,97%	0,79%	0,89%	1,16%	0,98%	0,54%	ND	ND	ND	ND	ND	ND
CAIXA BRASIL IMB 5 TP FIRE LP	0,66%	0,58%	0,75%	-0,22%	1,03%	0,27%	0,89%	0,55%	0,38%	0,72%	0,34%	-0,31%	5,92%	5,92%
CAIXA BRASIL 2030 X TP RF	ND	ND	ND	ND	1,38%	-0,71%	1,76%	0,71%	-0,55%	-0,46%	-0,27%	-1,64%	-1,19%	-1,19%
CAIXA BRASIL REM TP FIRE LP	0,67%	-0,06%	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
CAIXA BRASIL IDCA IPCA 2 A TP FIRE LP	0,73%	0,44%*	0,90%	-0,36%	1,03%	0,20%	0,73%	0,59%	0,40%	0,76%	0,20%	-0,29%	5,43%	5,43%
CAIXA BRASIL IMB 5 TP FIRE LP	-1,46%	0,50%	-0,56%	-2,91%	1,50%	-2,25%	3,20%	0,76%	-1,43%	-1,65%	-0,22%	-4,31%	-8,64%	-8,64%
CAIXA BRASIL TÍTULO PÚBLICO RENDA FIXA LP	0,95%	0,12%*	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0,81%	0,86%	10,61%	10,61%
CAIXA FIRE BRASIL IPCA ANVICRED PRIVADO	0,67%	0,56%	0,77%	-0,49%	1,05%	0,28%	0,87%	0,74%	0,39%	0,74%	0,50%	-0,11%	6,13%	6,13%
BANRISUL ABSOLUTO FIRE LP	0,96%	0,80%	0,84%	0,88%	0,81%	0,78%	0,92%	0,87%	0,85%	0,95%	0,80%	0,86%	10,89%	10,89%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP X FI	1,10%	0,73%	0,91%	0,79%	0,88%	1,16%	0,97%	0,90%	ND	ND	ND	ND	ND	ND
BANRISUL RPPS FIRE (2027)	0,55%	0,57%	0,61%	-0,78%	1,04%	-0,01%	0,90%	0,67%	0,20%	0,66%	0,12%	-0,45%	4,25%	4,25%
BB PREVIDENCIÁRIO VÍRTICE 2030 II	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	-0,55%	-0,47%	-0,28%	-1,63%	-3,79%	-3,79%
BB PREVIDENCIÁRIO A. ATIVA RETORNO TOTAL	0,85%	0,77%	0,77%	0,28%	0,72%	0,58%	1,04%	0,95%	0,71%	0,75%	0,45%	ND	ND	ND
CAIXA BRASIL 2024 II TP FIRE	1,06%	1,02%	1,03%	0,76%	0,91%	0,86%	0,80%	0,50%	ND	ND	ND	ND	ND	ND
CAIXA FIRE BRASIL REHRENC. DI LONGO PRAZO	1,00%	0,82%	0,87%	0,89%	0,84%	0,82%	0,97%	0,88%	0,86%	0,91%	0,81%	0,83%	11,03%	11,03%
BB MM JUROS E MOEDAS FI	0,89%	0,79%	0,84%	-0,04%	0,59%	0,51%	0,86%	0,80%	ND	ND	ND	ND	ND	ND
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÍRTICE 2027	0,55%	0,60%	0,00%	-0,79%	1,04%	-0,02%	0,90%	0,67%	0,20%	0,66%	0,12%	-0,46%	4,23%	4,23%
BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL	0,97%	0,80%	0,85%	0,88%	0,83%	0,79%	0,97%	0,89%	0,84%	0,93%	0,81%	0,80%	10,88%	10,88%
BB PREVIDENCIÁRIO VÍRTICE 2030	-0,35%	0,57%	0,61%	-1,73%	1,39%	-0,72%	1,76%	0,68%	-0,56%	-0,46%	-0,28%	-1,65%	-1,48%	-1,48%
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP AXIH (2024)	1,11%	0,73%	0,92%	0,79%	0,89%	1,16%	0,98%	0,97%	ND	ND	ND	ND	ND	ND
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÍRTICE 2032	ND	ND	ND	-2,19%	1,66%	-1,25%	2,47%	0,59%	-0,91%	-0,79%	-0,26%	-2,61%	-3,67%	-3,67%
BB ESC. AÇÕES GLOBAIS	4,35%	6,72%	2,16%	-2,13%	6,17%	9,68%	2,23%	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND
SICREDI TAXA SELIC FIC FIRE LP	ND	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0,88%	0,84%	0,94%	0,80%	0,85%	10,82%	10,82%
SICREDI FIN INSTITUCIONAL RF RF MI	0,93%	0,77%	0,82%	0,62%	0,76%	0,79%	0,90%	0,77%	ND	ND	ND	ND	ND	ND

Distribuição por enquadramento

As resoluções do Conselho Monetário Nacional foram adaptando os enquadramentos no decorrer do tempo. Dos fundos de investimentos que o FAPS possui, os mesmos estão distribuídos da seguinte forma:

Renda Fixa: a Renda Fixa possui uma rentabilidade previsível. Ela pode ser fixada em um percentual mensal ou seguir algum índice como a taxa Selic, o CDI, a inflação (IPCA), o IMA, o IRF M. Rentabilidade previsível não significa que ela será sempre positiva. A previsibilidade, nesse caso, se refere ao índice. Ela vai se basear no desempenho deste índice.

Um dos exemplos mais comuns é o CDI que vem obtendo uma boa valorização devido à SELIC alta. Os IMA B também são índices que estão muito presentes na nossa carteira, seja diretamente ou através de NTN-B nos fundos vértices. O IRF M representa índices pré-fixados.

O valor aplicado em Renda Fixa corresponde a 100% do total do patrimônio, sendo:

- 68,61% no enquadramento Artigo 7, I, b, equivalente a R\$ 49.873.599,19;
- 28,62% no Artigo 7, III, a, equivalente a R\$ 20.803.405,64; e
- 2,75% no Artigo 7, V, b, equivalente a R\$ 1.997.351,94.

O total de recursos aplicados em 31/12/2024 é de R\$ 72.674.356,77.

Em conta corrente haviam R\$ 15.606,28, equivalendo 0,02%.

Renda Variável: a Renda Variável é uma opção de maior risco, mas também, com maior expectativa de retorno. Aqui é fundamental que a economia ande nos trilhos, com as empresas crescendo e gerando resultado para seus investidores. Também é elemento fundamental um equilíbrio nas contas governamentais, visto que há impacto no risco do país.

Não havia valores aplicados em renda variável em 30/09/2024.

Investimentos no Exterior: a opção de investimentos no exterior veio para ampliar a diversificação. Não há nenhum ativo enquadrado nesse tipo de classe.

Fundos Estruturados: os Fundos Estruturados englobam os fundos Multimercado, Art 10. O BB Multimercado Longo Prazo Juros e Moedas FI, o qual busca a rentabilidade baseada no índice CDI está nesse grupo. Não haviam recursos aplicados neste enquadramento.

Disponibilidade Financeira: em conta corrente haviam R\$ 15.606,28, equivalendo 0,02% em 31/12/2024.

A seguir os valores em cada fundo de investimento em 31/12/2024:

DEZEMBRO DE 2024		RS 72.689.963,05
RENTA FIXA		
ARTIGO 7, I, b - FUNDOS RENTA FIXA 100% TP / EIF		
FUNDO	CNPJ	SALDO ATUAL
CAIXA BRASIL IMA B TP FI RF LP	10.740.658/0001-93	RS 8.631.240,08
CAIXA BRASIL IMA B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10	RS 5.162.673,47
CAIXA BRASIL 2030 X TP RF	50.658.938/0001-71	RS 3.864.714,54
CAIXA BRASIL IDKA IPCA 2 A TP FI RF LP	14.386.926/0001-71	RS 1.709.602,48
CAIXA FI BRASIL TITULO PUBLICO RF	05.164.356/0001-84	RS 1.014.638,35
CAIXA BRASIL IMA B 5 + TP FI RF LP	10.577.503/0001-88	RS 1.591.635,75
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2032 (APORTES)	49.963.803/0001-30	RS 5.547.851,53
BANRISUL ABSOLUTO FI RF LP	21.743.480/0001-50	RS 2.934.844,04
BANRISUL RPPS II FI RF (2027)	46.655.127/0001-40	RS 8.070.015,36
BB PREVIDENCIÁRIO ALOCAÇÃO ATIVA RETORNO TOTAL	35.292.588/0001-89	RS 0,00
CAIXA FI BRASIL 2030 II TP RF	19.769.046/0001-06	RS 2.017.080,92
BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2027 (APORTES)	46.134.096/0001-81	RS 3.995.426,99
BB PREVIDENCIÁRIO RF TP VÉRTICE 2030 FI	46.134.117/0001-69	RS 2.737.963,23
BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030 II - 54507-4 (APORTES)	55.749.879/0001-60	RS 2.595.912,45
TOTAL NO ENQUADRAMENTO		RS 49.873.599,19
ARTIGO, 7, III, a - FUNDO DE INVESTIMENTO RENTA FIXA - CVM		
FUNDO	CNPJ	SALDO ATUAL
CAIXA FI BRASIL RF REFERENCIADO DI LP	03.737.206/0001-97	RS 14.399.765,68
SICREDI TAXA SELIC FIC FIRF LP	07.277.931/0001-80	RS 681.152,35
BB PREVIDENCIÁRIO RENTA FIXA PERFIL 54507-4 (APORTES)	13.077.418/0001-49	RS 422.053,99
BB PREVIDENCIÁRIO RENTA FIXA PERFIL 36206-9	13077418/0001-49	RS 4.585.711,60
BB PREV. RF PERFIL - TAXA DE ADM - 54087-0	13.077.418/0001-49	RS 714.722,02
TOTAL NO ENQUADRAMENTO		RS 20.803.405,64
ARTIGO, 7, V, b - FI RF SUFIXO CRÉDITO PRIVADO		
FUNDO	CNPJ	SALDO ATUAL
CAIXA FI BRASIL IPCA XVI RF CRED. PRIVADO	21.918.896/0001-62	RS 1.997.351,94
TOTAL NO ENQUADRAMENTO		RS 1.997.351,94
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
CONTAS CORRENTE		
BANCO DO BRASIL - 36.206-9		RS 1.466,90
BB APORTES - 54507-4		RS 0,00
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - 462-5		RS 0,00
BANRISUL - 04.170094.0-1		RS 0,00
SICREDI - 97158-8		RS 14.139,38
BB TAXA DE ADM - 54087-0		RS 0,00
TOTAL EM CONTAS CORRENTES		RS 15.606,28

Aportes

Os fundos de investimentos que continham os aportes em 31/12/2024 eram os seguintes:

- CONTA N° 36206-9 - BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2027;
- CONTA N° 36206-9 - BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2032;
- CONTA N° 54507-4 – BB PREVIDENCIÁRIO VÉRTICE 2030 II;
- CONTA N° 54507-4 – BB PREVIDENCIÁRIO RF PERFIL.

Os recursos oriundos de aportes devem permanecer “guardados” por 5 anos após o seu crédito, ou seja, os primeiros depósitos só podem ser utilizados para pagamentos de benefícios a partir de agosto de 2027.

Considerações Finais

É natural que ao observarmos os dados das rentabilidades em 2024 fica um sentimento de que poderia ter sido bem melhor. Começamos um ano com taxas de juros Selic a 11,75%, passamos pelo piso de 10,50% e finalizamos o ano à 12,25%. As perspectivas variaram. Num momento, de perspectiva de redução abaixo de 9%. No final, para elevação que persistirá ainda em 2025. Se no início do ano a visão era de baixar a taxa, beneficiando fundos IMA, a fase final do ano foi de aumento de riscos e a deterioração dos resultados em IMAB e IMA B5+ e ótimas opções em CDI. No âmbito doméstico, o que foi determinante para a virada de cenário foi as incertezas de obediência fiscal, principalmente com os gastos públicos do governo central. A nível global, a inflação também foi objeto de acompanhamento assim como as taxas de juros, bem como os conflitos geopolíticos que não cessam e as eleições americanas vencidas por Donald Trump. Por aqui, o Tesouro continua com taxas de juros de títulos públicos elevadíssimas, superando IPCA + 8% em vértices mais curtos (2026, 2028) e superando IPCA + 7,7% em vértices mais longos (2030 e 2032). Se o cenário prejudicou o ano de 2024, por outro lado surgiram oportunidades excelentes em fundos vértices que garantem resultados acima da meta por alguns anos. E foi o que o FAPS fez: aproveitou as oportunidades. Isoladamente, a meta de rentabilidade - IPCA + 4,96% = 10,05% - ficou muito distante do que o FAPS alcançou, 5,19%. Mas vale lembrar que os fundos vértices entregarão os resultados. Logo, os fundos que de fato performaram mal foram Caixa Brasil IMA B TP FI RF LP (-2,72%) e Caixa Brasil IMA B 5+ TP FI RF LP (-8,64%). No acumulado dos últimos 24 meses, a meta de rentabilidade foi de 20,8%. O FAPS alcançou 19,9%, ou seja, 0,9% abaixo do estabelecido.

Adriano Kaufmann – Gestor de Recursos